Sarney defende

o Congresso Nacional

O ex-presidente José Sarney tem experiência e autoridade suficientes para sugerir que, neste momento de dificuldade nas relações entre o governo e o Congresso, é preciso ter antes de tudo paciência e serenidade. "Um dos fatores de estabilidade do país é o Congresso. Não se pode bater e jogar a culpa no Congresso", disse Sarney, em telefonema para esta coluna, no final da tarde de ontem.

O Congresso virou saco de pancadas de uma hora para outra. O deputado e capitão do Exército Jair Bolsonaro declarou que o Legislativo é inútil e deve ser fechado. Sérgio Magalhães, coordenador do grupo empresarial do movimento chamado *Decola Brasil*, afirmou que o Congresso é o inimigo público número um do país. O presidente Itamar Franco teria comentado com assessores e líderes parlamentares que há no Congresso um complô para boicotar o seu plano econômico, o que, traduzindo, significaria desestabilizar o seu governo.

Essa suposta conspiração é tão bizantina quanto a arca de Noé do *Decola Brasil*. Na arca, cabem todos os bichos, menos o Leão da Receita Federal. Se ele entrasse, provocaria um desequilíbrio ecológico-fisca¹ de tal monta que depois daí o país jamais seria o mesmo. Sumiria do mapa o paraíso dos empresários que não pagam impostos, são contra o IPMF, mas não se incomodam de entrar no Palácio do Planalto para dar apoio ao governo. Do complô imaginado por Itamar participa ele próprio, representado por seu líder, seus amigos, seus aliados, enfim, a base parlamentar inteira do governo, que votou junto com Delfim Netto, com Roberto Campos e com a esquerda a favor do reajuste mensal de salários.

Se o presidente acha que existe mesmo complô, deve romper com a sua base parlamentar ou demitir o seu líder na Câmara, que não resistiu à tentativa de jogar para a arquibancada. Se parar um pouco para pensar, verá que o único complô que existiu até hoje no Legislativo foi para que o seu governo desse certo. As dificuldades do governo a cada votação são típicas de uma fase de desorganização política e partidária. Mas nem por isso o governo deixou de conseguir do Legislativo tudo o que quis.

As privatizações que o presidente Itamar leva em frente hoje, com muita determinação, são feitas com base em instrumentos que o Congresso lhe delegou. Este ano, a Câmara aprovou uma extensa e rica lista de projetos que oferecem armas de

trabalho ao Executivo. No total, são 491 projetos aprovados, sem contabilizar junho.

Estão aí, aprovados no primeiro semestre, além do IPMF e do reajuste mensal de salários, as leis dos Portos, das Licitações, das Patentes, da Advocacia Geral da União, da Organização do Ministério Público, da Reforma Agrária, da Ouvidoria Geral da Previdência, do Parcelamento dos débitos dos clubes de futebol com a Previdência, a Lei Zico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de extinção do Inamps e a dos saques do FGTS dos servidores públicos, entre outras.

O reajuste mensal de salários passou mais por falta de uma alternativa oferecida pelo governo do que pela vontade da Câmara de lhe dar uma rasteira. No caso do IPMF, o governo soube negociar e não levou rasteira. Nesse terreno das pressões e contrapressões que Executivo e Legislativo se fazem, o ex-presidente Sarney tem uma experiência a contar.

Ele diz que vetou o reajuste mensal de salários em seu governo não por causa do reajuste em si, mas porque o projeto indexava tudo ao salário mínimo. Os mecanismos de reajustes estavam deflagrados desde que Sarney percebeu ter perdido a batalha contra a inflação. "Naquela época, se não me engano, a inflação estava em 5,6% ou 6,9% por mês", não se lembra bem o ex-presidente. Foi aí que surgiram as modalidades do salário móvel e do gatilho salarial. "Tanto que depois do veto houve negociação e surgiu um novo projeto que proibia a indexação ao salário mínimo", explica Sarney.

Isso quer dizer que, para Sarney, Itamar Franco já teria perdido também a batalha contra a inflação? O ex-presidente não vai tão longe. Apenas justifica o apoio que dá à decisão da Câmara de se reajustarem todo mês os salários, com argumento capaz de incendiar discussões acadêmicas sobre o começo, meio e fim da crise econômica: "Quando a inflação atinge os níveis atuais, na casa dos 30% ao mês, ou se faz uma indexação total ou se criam distorções muito maiores."

Sarney arremata, com a competência de quem ajudou a sustentar e a derrubar a ditadura de 1964, e com a autoridade de quem usou a ameaça de crise militar para obter cinco anos de mandato e hoje tem um compromisso inarredável com a liberdade: "Sem Congresso, não tem democracia."

E completa com uma informação: "Não vejo nem um fantasma na área militar."